

A Europa política, onde está?

Publicação: [O Mundo em Português Nº59](#)

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Autor: Pedro Courela

Depois de franceses e holandeses aniquilarem democraticamente a Constituição Europeia, perante as guerras fratricidas entre socialistas franceses, o filósofo alemão Jürgen Habermas publicou em vários jornais europeus (incluindo o francês Libération) um artigo de análise que constitui simultaneamente uma reflexão pessoal sobre o difícil momento que a Europa atravessa e um forte apelo à capacidade de iniciativa dos líderes políticos europeus como forma de evitar uma crise prolongada.

Que Europa queremos? E porque precisamos agora de uma Constituição para construir essa Europa? Foram estas as questões que emergiram, de forma caótica é certo, nos debates dos referendos, apesar de todo o esforço desenvolvido pelos responsáveis políticos para evitar uma discussão pública sobre a finalidade da integração europeia e assegurar que as discussões se circunscrevessem ao texto da Constituição Europeia. É óbvio, como nota Habermas, que um referendo tem limitações muito grandes para oferecer uma resposta que possa guiar os decisores: se o público rejeita este processo pesado e conduzido sempre de cima para baixo, o seu protesto não indica qual o caminho a seguir. Que lições então tirar?

Primeiro, que o imobilismo é a pior opção. A aprovação do Tratado Constitucional era um avanço importante do ponto de vista da legitimidade política porque ao mesmo tempo que reforçava o poder de intervenção das instituições europeias submetia-as a um escrutínio mais apertado. E esse acréscimo de legitimidade está nos antípodas das abordagens neoliberais que vêem qualquer escrutínio político como um bloqueio aos mecanismos de auto-regulação dos mercados. Sendo que tudo o que respeita às liberdades económicas está já garantido e regulado nos tratados anteriores, conclui-se que os neoliberais podem perfeitamente viver com o Tratado de Nice.

Segundo, que a Europa não deve fugir ao grande debate político que se impõe sobre o seu modelo social ou, dito de outro modo, sobre a forma como se deve organizar a solidariedade nas nossas sociedades. A mensagem de uma boa parte do eleitorado que se opôs à Constituição Europeia em referendo foi a de que não estão dispostos a aceitar

tranquilamente a erosão progressiva dos seus direitos sociais e económicos, direitos esses arduamente conquistados, como forma de garantir o bem-estar no longo prazo. Não se trata de negar a necessidade de reformas, como alguns sectores em França fizeram crer, mas sim de recusar o «fim da História», a inevitabilidade de um programa político, que, como todos os programas políticos, é susceptível de alternativas. A discussão dessas alternativas não é exclusivamente europeia – na realidade atravessa todas as sociedades que procuram lidar com o difícil equilíbrio entre o crescimento económico num clima de concorrência económica global e o direito ao bem-estar dos seus cidadãos. E existe também nos Estados Unidos, onde o «fosso civilizacional» entre uma «América vermelha e uma América azul» se agudiza.

A diferença da Europa é que ela possui já um quadro supranacional onde o debate pode ter lugar e através do qual podem ser implementadas as respostas políticas. Ao mesmo tempo, este debate dá sentido político à integração europeia, quebra o consenso sobre a integração, abre lugar a um conflito democrático (no qual as instituições comunitárias devem participar), obriga a fazer escolhas.

Terceiro, é preciso encontrar soluções concretas que aprofundem a União política, ao mesmo tempo que respondem à constatação do primeiro-ministro luxemburguês que a Europa «já não faz sonhar». Assim, Habermas defende um aprofundamento baseado numa harmonização progressiva das políticas fiscais, sociais e económicas que, por um lado, ofereceria um impulso renovado à União Monetária e, por outro, procuraria dar resposta a desafios que já não têm solução à escala puramente nacional. Como pôr a Europa política em marcha, tendo em conta as visões irreconciliáveis que hoje existem quanto à finalidade da União? A via mais lógica, segundo Habermas, está já nos Tratados embora nunca tenha sido experimentada na prática: um grupo de Estados pode tomar a iniciativa de desenvolver entre si uma cooperação reforçada que lhe permita avançar nos domínios referidos e cujas regras próprias poderiam ser a base de uma futura Constituição Europeia. Os que ficassem de fora do grupo inicial de Estados não deveriam ver a cooperação reforçada como um factor de exclusão, mas antes como um convite à tomada de posição sobre o aprofundamento da integração.

O que Habermas não diz, porque não pode, é quais os países que possuem uma classe governativa com a maturidade suficiente para levar a cabo um projecto com esta ambição. Aliás, o final do artigo é a constatação do drama que a Europa vive: um momento histórico que exige medidas audaciosas sem que existam personalidades políticas capazes de mobilizar os cidadãos em torno de um projecto portador de

esperança. O exemplo das gerações anteriores poderá ser, neste momento, a principal fonte de inspiração.